

**INCLUSÃO:
UM OLHAR DIFERENCIADO
PARA AS PRÁTICAS ESCOLARES**

Carla Sarlo Carneiro Chrysóstomo (ISEPAM/UNINI-México)¹
carlasarloc.chrysostomo@hotmail.com

RESUMO

Esta pesquisa bibliográfica tem como objetivo analisar a importância do lúdico em busca de uma educação inclusiva apresentando uma reflexão sobre a prática pedagógica dos profissionais envolvidos no processo educacional, onde a sua força de atuação deve ser consciente e participativa, buscando eliminar as exclusões e preconceitos, além de apresentar casos de inclusão de uma escola estadual. A escola não pode fingir que não vê as diferenças e necessidades que cada um solicita para construir a sua aprendizagem. O convívio dessas crianças na educação regular fará com que provoque e aguce o desenvolvimento de cada uma, porque cada um tem um ritmo próprio de aprendizagem. A inserção da diversidade nos currículos, nas práticas pedagógicas e na formação docente implica compreender pessoas, agir de modo a superar as relações políticas, econômicas e religiosas que criança precisa aprender brincando, pois vai gerar um espaço para reflexão, desenvolvendo o raciocínio e o pensamento, além de estabelecer relações sociais que ajudarão a compreender o meio, satisfazendo desejos, estimulando o desenvolver de habilidades, conhecimentos e criatividade. O prazer no brincar e a espontaneidade da criança a leva a recriar conceitos e normas de brincadeiras se esforçando diante da competição para alcançar o objetivo de vencer suas limitações. Para praticar o conteúdo lúdico é preciso liberdade de expressão, espaço na escola, um ambiente propício para desenvolver as atividades com espaço adequado onde materiais devem estar sempre ao alcance das crianças. O referencial teórico utilizado foi Cunha (2012), Mantoan (2011), Sasaki (1997), Werneck (1997) dentre outros.

Palavras-chave: Lúdico. Diversidade. Educação Inclusiva.

1. Introdução

Esta pesquisa surgiu a partir de observações da minha realidade escolar, a qual me deparei com uma aluna com deficiência auditiva nas aulas em que ministrei “Processo de Alfabetização e Prática Pedagógica” no 3º ano do curso formação de professores do ISEPAM e no campo de estágio com crianças do primeiro segmento do ensino fundamental I, tendo observado a angústia dos respectivos professores ao ensinar crianças portadoras de transtorno de *déficit* de atenção e hiperatividade, TDH.

O objetivo principal deste trabalho é analisar a importância do lúdico em busca de uma educação inclusiva apresentando uma reflexão so-

bre a prática pedagógica dos profissionais envolvidos no processo educacional, onde a sua força de atuação deve ser consciente e participativa, buscando eliminar as exclusões e preconceitos, além de apresentar casos de inclusão de uma escola estadual.

A relação dicotômica entre sociedade, educação e necessidades educativas especiais reforça a existência de diversidades culturais e humanas dentro das salas de aula, as quais representam um importante papel na construção da identidade, respeito e conhecimento da sua história. Reconhecer essas diferenças e aceitá-las é uma forma de abrir as portas para o crescimento pessoal, conhecimento e exercício permanente ao respeito, contribuindo para a compreensão da positividade, à heterogeneidade, removendo o muro da discriminação ao diferente.

Este artigo está estruturado em três momentos: *A educação inclusiva na sociedade atual resgatando o social*; *A importância de um novo olhar pedagógico: o lúdico atendendo à diversidade* e *Relato de Casos*; onde a prática vivenciada trará suportes pedagógicos para mudanças significativas e pertinentes à sociedade contemporânea, a qual está repleta de diversidades.

O aporte teórico desta pesquisa bibliográfica com relato de casos teve a contribuição de Cunha (2012), Mantoan (2011), Sasaki (1997), Werneck (1997), Cortella (2002), Antunes (2003), Freire (2000), Morais (2012), dentre outros que muito contribuíram para o enriquecimento deste trabalho.

2. A educação inclusiva na sociedade atual resgatando o social

A educação inclusiva foi adquirindo grande relevância teórica e prática, de acordo com os consideráveis progressos e mudanças nas atitudes da sociedade, tanto na teoria quanto nos serviços exigidos pela atenção educativa. Portanto,

Para compreendermos a escola de hoje, é preciso lançar um olhar sobre a história. Vemos que a Pedagogia remonta ao mundo antigo. Lá surgiram os primeiros sinais de educação inclusiva, ainda que esses mais tarde fossem ofuscados pela organização econômica que se incorporou ao sistema social. (CUNHA, 2012, p. 19)

De acordo com o autor supracitado o pensamento pedagógico percorreu o período medieval, onde a sociedade burguesa consolidou a escola como uma instituição preparada mais para homogeneizar as diferenças

do que permitir o pluralismo.

O processo de inclusão tem se tornado uma busca constante para os organismos e organizações, a procura de um sistema de ensino que integre e produza conhecimento, emancipando o educando portador de necessidades especiais ou os que não são considerados normais, através da implementação de políticas públicas que atendam e garantam sua dignidade e cidadania. Evidencia-se esta realidade na Constituição de 1988, onde está evidenciado o regime de igualdade do qual a democracia se sustenta, e a pretensão de uma escola para todos, em seu artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BENEVIDES & ARBAGE, 2007, p. 65)

A inclusão percorreu longos caminhos para chegar até os dias de hoje sendo que ainda não se constituiu inclusão, pois não se pode negar que a lei propicia a garantia legal, dando início a busca pela inclusão como processo de equiparação de oportunidade de acesso e permanência ao aprendizado; porém faltam alguns passos a serem dados para que ela aconteça como respeito à autonomia e à dignidade de cada um.

Em 1989 com a lei nº 7.853/89 foi definido como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua diferença em qualquer nível de ensino, seja na escola pública ou privada. O descumprimento desta lei leva a escola a punições sobre reclusão e multa, levando todos a refletir sobre as atitudes e ações que vinham sendo adotadas até que o respaldo legal tenha sido garantido. Portanto, observa-se que a garantia legal a não exclusão pode ser driblada de forma velada, através de preocupações e ausência de espaço físico adequado ou professor especializado, negligenciando-se o atendimento a este aluno que requer mais atenção ou esforço didático:

Art. 1º – Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência, e sua efetiva integração social, nos termos desta lei. [...] I- Na área da educação: a) a inclusão, no sistema educacional, da educação especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e a reabilitação de profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios; b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas; c) a oferta, obrigatória e gratuita, da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino; [...] (BRAGA, 2002, p. 224)

O que ocorre na realidade é que aquele que foge ao padrão, que

não se enquadra no modelo universal da sociedade, é ignorado ficando a margem do processo ensino aprendizagem.

A sociedade sempre se acomodou com o igual, parecido, como se tudo e todos fossem padronizados e os que saíam do padrão eram errados e ignorados. O mesmo aconteceu com as pessoas que não se enquadravam no modelo universal da sociedade, pois eram excluídos, distanciados e muitas vezes tratados como doentes que necessitavam de tratamento médico para “curar” a sua doença, e por isso digno e merecedor de pena das pessoas ditas “normais”. A inclusão na sociedade não se restringe apenas aos portadores de necessidades especiais, mas ao negro, ao gordo, aos menos favorecidos que lutam constantemente para serem respeitados e vistos como cidadãos, com poder de transformação e participação na sociedade com direitos e oportunidades iguais para viver.

Sasaki (1997), grande defensor por uma sociedade inclusiva, com oportunidades e direitos iguais para todos, transcreve um trecho da ONU que diz:

[...] sociedade inclusiva precisa ser baseada no respeito de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, diversidade cultural e religiosa, justiça social e as necessidades especiais de grupos vulneráveis e marginalizados, participação democrática e a vigência de direito. (SASSAKI, 1997, p. 166)

A inclusão de alunos portadores de necessidades especiais nas escolas possibilita a convivência, favorecendo a quebra de preconceitos, gerando o respeito ao outro, fazendo com que os mesmos aprendam a ver a vida sobre outros ângulos, fazendo do professor parte importante neste processo em que a sociedade precisa abrir as portas para a diferença.

A escola é um dos melhores lugares para se trabalhar a questão das diferenças, conscientizando-os como cidadãos capazes de intervir nos rumos da sociedade, profunda e positiva, uma escola inclusiva, mudando o seu perfil. O professor vai assumir uma postura de mediador, na construção do conhecimento estimulando-os a participarem, exercitar o diálogo e a criatividade, em uma escola formadora de cidadãos críticos e autônomos. Portanto,

Alguns alunos da educação inclusiva não verbalizam, outros são verbais, mas possuem dificuldades de comunicação. Diferentemente da transmissão, onde pode haver interrupções ou ruídos, a comunicação pressupõe uma proposição acabada, uma ação intransitiva, que não precisa de complemento, pois se presume que atingiu o seu fim. Por isso, transmitir não é o mesmo que comunicar. (CUNHA, 2012, p. 37)

De acordo com o autor supracitado o professor não pode ser me-

ramente um transmissor de conhecimentos, mas precisa entrelaçar os saberes discentes e docentes.

As interações sociais são muito importantes, as trocas entre os sujeitos são valorizadas e incentivadas à medida que resultam na experiência humana, em conhecimentos com os outros. A aprendizagem escolar em termos de interação social é de fundamental importância, pois ampliam a aquisição de valores e de aprendizagens. A escola tem que propiciar interações permitindo aos alunos participarem ativamente da ação partilhada, processos cognitivos realizados não por um único sujeito e sim por vários. Cabe ao professor garantir a simetria das relações que se estabelece entre os alunos com compreensão mútua e comunicação produtiva, tornando as interações sociais na sala de aula em instâncias formativas para todos os que dela participam. “A sociedade para todos, conscientes da diversidade da raça humana, estaria estruturada para atender às necessidades de cada cidadão, das maiorias às minorias, dos privilegiados aos marginalizados”. (WERNECK, 1997, p. 21)

Baseando-se nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (2001) os currículos necessitam se adequar, concretizando medidas para atender a grande diversidade existente no país, e as necessidades de cada aluno. É preciso ter uma visão diferenciada na sala de aula para as diferenças, como um elemento essencial a ser tratado para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem.

A atuação do professor em sala de aula deve levar em conta fatores sociais, culturais e a história educativa de cada aluno, assim como características pessoais de déficit sensorial, motor ou psíquico, ou de superprodução intelectual. Desta forma,

A escola, ao considerar a diversidade tem como valor máximo o respeito às diferenças- não o elogio à desigualdade. As diferenças não são obstáculos para o cumprimento da ação educativa; podem e devem, portanto, ser fator de enriquecimento. (BRASÍLIA, 2001, p. 97)

A diversidade é uma forma de assumir uma vida rica com novos modos de ver a vida saindo da padronização do tudo igual, do universal par o múltiplo. A existência do diferente do outro, muito contribui para o crescimento da sociedade e abre as portas para as diversidades existentes, conscientizando toda sociedade para o fim do preconceito.

Segundo Mantoan (2011), as escolas que se preocupam com a formação humana e a preparação do emocional e do cidadão para prosseguir nos estudos, modificam as suas práticas pedagógicas para receber

com sucesso todos os alunos, inclusive os que têm algum tipo de deficiência. Por isso, “as escolas são as incubadoras do novo e têm um papel inestimável e imprescindível na formação dos cidadãos deste milênio que desponta” (MANTOAN, 2011, p. 60). Para que isso ocorra é necessário que o professor parta do princípio “[...] de que as crianças sempre sabem alguma coisa, de que todo educando pode aprender, mas no tempo e do jeito que lhe são próprios” (MANTOAN, 2011, p. 62). Assim ele estará nutrindo as expectativas em relação à capacidade dos alunos de progredir e não desistir nunca de buscar meios para vencer os obstáculos escolares.

Segundo Cortella (2002) o mundo construído pelo ser humano precisa procurar uma compreensão mais harmoniosa e menos próxima da incompreensão e do caos que tudo comporta. Só assim a vida ganhará sentido na dupla acepção de significado e direção. Um dos produtos ideais da cultura são os valores criados pelo homem para o existir humano, pois quando eles são inventados, estrutura-se uma hierarquia para as coisas e acontecimentos estabelecendo uma ordem na qual tudo se localiza e encontra o seu lugar apropriado. Com isso,

Os valores que criamos produzem uma “moldura” em nossa existência individual e coletiva, de modo a podermos enquadrar nossos atos e pensamentos, situando-os em uma visão de mundo (uma compreensão da realidade) que informe (dê forma) os nossos conhecimentos e conceitos (nossos entendimentos); é a partir de conceitos que guiamos nossa existência, e de uma certa forma, porque antecedem nossas ações, são também os nossos conceitos prévios, nossos preconceitos (pré/conceitos). Entretanto, valores, conhecimentos e preconceitos mudam porque humanos devem mudar; como vida é processo e processo é mudança, ser humano é ser capaz de ser diferente. (CORTELLA, 2002, p. 46)

Os valores e conhecimentos são construídos e elaborados pelos seres humanos de acordo com o grupo social em que estiver inserido e a história dessa cultura e o significado; sentido que este grupo estiver mergulhado.

3. A importância de um novo olhar pedagógico: o lúdico atendendo à diversidade

Lúdicos são jogos e brincadeiras no processo de aprendizagem dos conteúdos programáticos, onde, “o jogo ajuda-o a construir suas novas descobertas, desenvolve e enriquece sua personalidade e simboliza um instrumento pedagógico que leva ao professor a condição de condutor, estimulador e avaliador da aprendizagem” (ANTUNES, 2003, p. 36).

Porém, devido a sua diversidade e transversalidade se torna flexível a diversas áreas da educação tornando o processo de aprendizagem prazeroso tanto para o aluno quanto para o professor.

Aprender sem perceber é a principal característica do ludismo. Os jogos devem ser espontâneos por parte da criança e devem ir de encontro à curiosidade e aos interesses do que o grupo pratica. O prazer no brincar e a espontaneidade da criança a leva a recriar conceitos e normas de brincadeiras se esforçando diante da competição para alcançar o objetivo de vencer suas limitações. Para praticar o conteúdo lúdico é preciso liberdade de expressão, espaço na escola, um ambiente propício para desenvolver as atividades com espaço adequado onde materiais devem estar sempre ao alcance das crianças.

No lúdico, a disciplina é de fundamental importância, assim como, a mediação do professor, a qual deve proporcionar articulação entre conteúdos e jogos, transformando esta articulação em uma integração processual com objetivos claros. A dinâmica do processo ensino aprendizagem auxilia o professor e facilita a transmissão dos conteúdos de forma prática, concreta para a criança, sem deixar que a mesma perceba que é uma aula, que não existe distância entre docente e discente. Assim, ambos se divertem e desenvolvem o processo de aprendizagem com os jogos e as brincadeiras.

Segundo Morais (2012), o professor deve procurar exercícios interessantes para desafiar as crianças a trabalharem com as palavras, ajudando-as a melhor observar as transformações que ocorrem, ajudando o aprendiz a vivenciar as mudanças nas relações entre letras e sons que aparece nas mesmas.

É preciso aprender a ensinar e aprender a aprender, como um círculo vicioso onde o sujeito que ensina é objeto ativo da produção de saberes, como criador de possibilidades para a produção e construção do saber; aguçando a curiosidade, o estímulo, e a crítica buscando na prática uma mediação entre ensino-aprendizagem e conteúdo, em que tanto o professor quanto aluno precisa possuir curiosidade, atividade política, ideológica, estética e ética. De acordo com Paulo Freire (2000, p. 25), “Quem ensina aprende a ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. É preciso aprender para saber ensinar, formando cidadãos críticos e autônomos, capazes de criar e não reproduzir conhecimentos, relacionar a prática vivenciada no lúdico com os conteúdos, abstrair conhecimentos criando e recriando novos conceitos.

De acordo com Freire (2000), o dever prático docente é trabalhar a capacidade crítica dos educandos, sua curiosidade através de rigorosos métodos que os aproximem das exigências da criticidade, tornando-os criadores, investigadores, curiosos, humildes e persistentes em seus objetivos.

O professor deve estar aberto e apto às necessidades de mudanças, pesquisas e formação de seres construtivos capazes de criar novos conceitos a partir de suas habilidades. Desta forma, Morais (2012) destaca a importância da exploração livre de textos variados:

[...] parece-nos muito saudável não perder de vista certos livros produzidos por escritores de literatura infantil que foram pensados para crianças em processo de aprendizagem das correspondências grafema-fonema. Se, intencionalmente, privilegiam a presença de determinadas relações entre letra e som, isso não significa que, necessariamente, não tenham qualidade literária. (MORAIS, 2012, p. 155)

Portanto, para Morais (2012), o sentido lúdico de pura fruição envolvido na leitura de variados textos como trava-línguas e pequenas parrelendas, permite a experiência do aluno principiante conseguir ler, sozinho, livros completos, consolidando o emprego de determinadas correspondências som-grafia agregando o sentido de motivação e prazer.

Segundo Kishimoto (1997), a criança deve ser vista como um ser ativo, autor e ator, capaz de aprendizagem sincrética que integra todas as facetas do mesmo. É através das brincadeiras que a criança se socializa e se integra em diferentes grupos sociais, explorando, compreendendo o seu ambiente, desenvolvendo diferentes formas de linguagem e mantendo a saúde mental e física.

A educação deve valorizar a ação da criança elevando-a a categoria de ator e mentor de suas ações. Por isso que a rotina da criança não deve:

[...] pautar-se pelo modelo escolar, com horários fixos de atividades dirigidas pelo professor, mas abrir-se para a exploração da criança. É importante o suporte material e humano: professor interativo, sempre pronto a auxiliar as crianças a resolver seus problemas e adquirir conhecimentos em oficinas opcionais com pequenos grupos. Atividades coletivas, sob a supervisão do professor, devem ocupar pequena parte da rotina diária. A criança deve ter bastante tempo para satisfazer a curiosidade e expressar-se, tomar iniciativa, criar brincadeira e tornar-se independente, curiosa e expressiva. (KISHIMOTO, 1997, p. 2)

A criança precisa aprender brincando, pois vai gerar um espaço para reflexão, desenvolvendo o raciocínio e o pensamento, além de esta-

belecer relações sociais que ajudarão a compreender o meio, satisfazendo desejos, estimulando o desenvolver de habilidades, conhecimentos e criatividade.

Além de ser divertido e prazeroso o lúdico contribui não só na resolução dos conteúdos programáticos, mas, também para vida em sociedade, no respeito mútuo, cívico, ético e moral, assim como leva a criança a se inserir no contexto cultural e folclórico afinal as brincadeiras e jogos em sua maioria faz parte do folclore. Sendo assim, Vasconcelos (2012, p. 108) afirma que:

A educação é processo de formação e informação e, na medida em que consiga suscitar no aprendiz o gosto pelo aprender, terá maior chance de atingir seus objetivos. O diálogo em sala de aula, ao problematizar aquilo que se ensina aprende, dará espaço para o olhar crítico tanto de alunos como de professores, ambos envolvidos nessa tarefa de conhecer para atuar positivamente no mundo no qual se inserem.

Cabe ao professor estabelecer as bases para um clima democrático em sua sala de aula dialogando, num processo de análise crítica dos objetos de estudo utilizados para a utilização do conhecimento.

Quando se fala no lúdico logo se pensa em jogos e brincadeiras; porém a música e seus ritmos também são importantes, pois proporciona a criança trabalhar com instrumentos musicais, fazendo de cada instrumento um brinquedo que emite sons diferentes e que entram em harmonia quando se monta uma orquestra. Quanto a música, ela deve ser transformada pelo aluno, mudando o ritmo musical. As crianças se divertem e aprendem o alfabeto, número e demais conteúdos de forma prazerosa e concreta, facilitando a relação da realidade com os conteúdos com o cotidiano da escola e de suas vidas, relacionando o lúdico de forma automática, informal, onde “[...] o jogo somente tem validade se usado na hora certa e essa hora é determinada pelo seu caráter desafiador, pelo interesse do aluno e pelo objetivo proposto”. (ANTUNES, 2003, p. 40).

De acordo com Moraes (2012), as situações de escrita de palavras podem e devem se valer de jogos com diversas alternativas como: cruzadinhas (ou “palavras cruzadas”); stop ortográfico ou adedonha (correspondência fonográfica) e jogo de forca (combinações de grafemas e estruturas silábicas). Pode-se controlar o nível de complexidade de todos esses jogos, fazendo variações que implicam oferecer ou não pistas (letra inicial, mais de uma letra), usando ou não palavras grandes ou menos frequente na escrita do português. Por isso que “as modalidades que os jogos ou as demais atividades de escrita de palavras assumem precisam

ser recriadas e ampliadas pelos professores, em cada escola e em cada sala de aula”. (MORAIS, 2012, p. 158).

Produzir textos deve ser uma prioridade na área de língua, desde a educação infantil com o objetivo das crianças avançarem no domínio das relações entre letra e som e da norma ortográfica. Assim elas estarão sendo mobilizadas para darem conta da dimensão discursiva do texto que estão produzindo. Portanto, “[...] é prioritário investir na adequação do gênero textual à situação comunicativa, na escolha do léxico adequado, na coerência e na coesão entre as partes escritas etc.”. (MORAIS, 2012, p. 158).

É importante ressaltar que as atividades lúdicas devem fazer parte da rotina das crianças objetivando valorizar, conhecer, reconhecer e poder comparar com as respectivas realidades imediatas. Sendo assim, para Morais (2012), traduzir uma concepção de desenvolvimento humano é preciso um projeto educacional que propicie uma intenção da prática que priorize a interação das mesmas de diferentes faixas etárias com o mundo, permitindo estabelecer parâmetros que possuam diretrizes e desenvolvimento do trabalho no espaço físico. Portanto,

O professor que ainda se prende ao modelo tradicional do processo de ensino e cultura o seu papel de detentor do saber, um saber autoritário (como ele), carregado de uma ideologia de reprodução do status quo, subestima a capacidade de seus alunos e banaliza a sua própria profissão, reduzida à mera pantomima, encenada por atores que não se comunicam e nada têm a dizer uns aos outros. (VASCONCELOS, 2012, p. 109)

O professor que utiliza o diálogo na aceitação do outro, independente do conteúdo a ser analisado consegue desenvolver um processo educacional voltado para a formação integral do indivíduo, considerando-o sujeito principal que pretende se constituir em espaço de reflexão crítica.

A educação escolar vive hoje notáveis transformações de um mundo globalizado com complexidades e incertezas, pois é um mundo em rede que conecta lugares, culturas, atualidades, coisas positivas e negativas.

Segundo Pierre Lévy (1993) com as tecnologias da comunicação o mundo capitalista globalizado acelerou situações que se unem e se opõem, onde o virtual é real.

Diante deste fato o processo educacional vivencia hoje um turbilhão de críticas. Segundo Vasconcelos (2012), experimentando um ver-

dadeiro paradoxo, onde ao mesmo tempo em que se critica a escola por não responder às necessidades da sociedade contemporânea, acredita-se que ela seja necessária ao desenvolvimento do indivíduo, nivelando oportunidades.

A qualidade do ensino no interior das escolas tem sido questionada, mas não se dispensa o seu papel social de agência credenciadora, atestando que determinadas competências foram adquiridas por aqueles que a frequentaram com sucesso.

A escola continua sendo a instituição que proporciona múltiplas oportunidades de interação entre os seus componentes, utilizando o espaço de sala de aula como cenário privilegiado onde se desenrola o processo de ensino-aprendizagem. Os indivíduos ao assumirem determinados papéis sociais assumem comportamentos que são inerentes aos mesmos.

De acordo com Cortella (2002) a função da escola é reproduzir a desigualdade social com um caráter dominador, onde o educador é um agente da ideologia dominante, tendo em vista que a sociedade está impregnada de diferenças garantidas por um poder comprometido, e a escola é um aparelho ideológico destinado a reproduzir o sistema.

Cortella (2002), afirma que para alcançar a qualidade social na educação, é preciso uma sólida base científica, capaz de oferecer uma formação crítica de cidadania e desenvolver a solidariedade de classe social.

Para Libâneo (2001) qualidade social significa a inter-relação entre qualidade formal e política. É aquela baseada no conhecimento e na ampliação de capacidades cognitivas, operativas e sociais, com alto grau de inclusão. Então, buscar qualidade em qualquer instituição significa trabalhar com seres humanos para ajudá-los a se construírem como sujeitos. Portanto,

A caracterização de uma educação escolar para Libâneo se dá diante de sólida formação de base dos alunos, formação para cidadania, eleva o nível escolar de todos os alunos; promove integração cultural, formação de qualidade morais e valores éticos, incorpora ao cotidiano escolar novas tecnologias da comunicação e informação e tem condições físicas, materiais e financeira para suprir o bom funcionamento da escola, dando condições de trabalho digno a todos que trabalham na escola. (LIBÂNEO, 2001, p. 68)

Há necessidade de formação de vários objetivos e estratégias, pois não temos alunos homogêneos com as mesmas necessidades, por isso temos de adequar novas práticas de gestão, democratizando e respeitando

a diversidade existente neste universo.

Segundo Freire (2000) os oprimidos só começam a se desenvolver quando superam a contradição em que se encontram e a escola busca uma relação democrática com a presença do diálogo, sem ignorar as especificidades e diferenças de cada um, respeitando o processo de interação, oportunizando pela educação uma sociedade mais igual.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) 2003, aponta um importante fator para a inclusão das crianças de seis anos na instituição escolar, deve-se aos resultados de estudos que demonstram que quando as crianças ingressam na escola antes dos sete anos de idade, apresentam, em sua maioria, resultados superiores em relação àqueles que ingressam somente aos sete anos de idade. Crianças com experiências na pré-escola obtiveram maiores médias de proficiência em leitura. Este fato vem,

[...] reafirmar a urgência da construção de uma escola inclusiva, cidadã, solidária e de qualidade social para todas as crianças, adolescentes e jovens brasileiros, assume cada vez mais, o compromisso com a implementação de políticas indutoras de transformações significativas na estrutura da escola, na reorganização dos tempos e dos espaços escolares, nas formas de ensinar, aprender, avaliar, organizar e desenvolver o currículo, e trabalhar com o conhecimento, respeitando as singularidades do desenvolvimento humano. (BRASIL, 2006, p. 6)

É importante ressaltar que o ingresso da criança de seis anos no ensino fundamental é imprescindível no processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, implicando conhecimento e respeito às suas características etárias, sociais, psicológicas e cognitivas.

4. *Relato de Casos*

4.1. Primeiro caso

De acordo com Quadros (2006, p. 13) “os surdos brasileiros usam a língua de sinais brasileira, uma língua visual-espacial”, que uma aluna F com deficiência auditiva no 3º ano do Curso Formação de Professores do Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert, (ISEPAM) utiliza. Pode constatar que ela era bilíngue, pois dominava libras como língua materna, mas por estar alfabetizada, lê e escreve como todos os outros ditos normais.

De acordo com o Art. 1º do decreto que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº_10.098, de 19 de dezembro de 2000, verifica-se que:

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da língua brasileira de sinais – libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

Percebi que o surdo é tratado como uma pessoa incapaz precisando ser empurrada. A língua utilizada pelos surdos brasileiros é uma língua visual apresentando todas as propriedades específicas das línguas humanas. Portanto, comecei a tratá-la como todos os outros alunos com o mesmo material: livros e apostilas.

Quadros (2006, p. 13) ressalta que:

O contexto bilíngue da criança surda configura-se diante da coexistência da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa. No cenário nacional, não basta simplesmente decidir se uma ou outra língua passará a fazer ou não parte do programa escolar, mas sim tornar possível a coexistência dessas línguas reconhecendo-as de fato atendendo-se para as diferentes funções que apresentam no dia-a-dia da pessoa surda que se está formando.

De acordo com a autora supracitada o surdo não é respeitado em seu direito linguístico, o direito ao uso e ensino de libras, além de ser interpretado como diferente e deficiente dependendo da posição ou do lugar que ocupa.

O Governo do Estado procurando atender aos alunos surdos, disponibiliza um intérprete para cada surdo; porém as dificuldades encontradas são muitas diante da forma como trabalham a inclusão. Na maioria das vezes esses intérpretes não dominam todos os sinais de libras e se garantem na leitura labial que o aluno surdo nem sempre faz.

Tendo consciência de todas essas barreiras, pressionada para trabalhar só com questões objetivas, insisti e apliquei a mesma avaliação com questões objetivas com ou sem charges e subjetivas. E o resultado foi surpreendente, pois ela foi uma das que tirou as melhores notas, gabaritando a parte objetiva e tendo evolução na parte subjetiva.

No decorrer das aulas apresentei o dicionário a mesma na biblio-

teca em busca de sinônimos, por ela não ter um vasto vocabulário e os verbos utilizados pela mesma não saem do infinitivo. Como por exemplo: “Precisar antes minha amiga eu quero entender sozinho Explique o aluno ou você”. Verifica-se que ela não conjuga os verbos, não apresenta riqueza na construção da frase e nem utiliza sinais de pontuação; porém está alfabetizada.

F se sente sempre excluída da turma porque acha que as colegas precisam dar tudo pronto e eu não deixo. Então, perguntei com quem ela gostaria de realizar o trabalho da aula que teria que dar e ela respondeu assim: “Porque passado 2012, 2013 sofrer Eu não quero turma eu quero sozinha”.

Quadros (2006) enfatiza que a língua é tratada enquanto sistema não captando a riqueza das interações sociais que transformam e determinam a expressão linguística. Assim, língua e linguagem podem ser compreendidas em dois diferentes níveis: (1) o nível biológico (discutem-se questões essenciais, como a aquisição o da linguagem, enquanto parte da faculdade da linguagem humana); (2) o nível social ao interferir na expressão humana final (discutem-se aspectos relacionados com as representações discursivas e sociais permeadas por representações culturais).

Mortatti (2004, p. 46) afirma que “letramento é a capacidade de ler escrever de maneira eficaz”, utilizando o conhecimento adquirido na escola nas práticas sociais da vida, fazendo o uso competente e frequente da leitura e escrita.

4.2. Segundo caso

Através do lúdico com confecção de jogos, fantoches e livros em uma Feira Pedagógica apresentada no Trianon e no ISEPAM, constatei que consegui fazer o link da teoria com a prática em busca do letramento. Quadros (2006, p. 17) enfatiza que:

Letramento nas crianças surdas enquanto processo faz sentido se significado por meio da língua de sinais brasileira, a língua usada na escola para aquisição das línguas, para aprender por meio dessa língua e para aprender sobre as línguas. A língua portuguesa, portanto, será a segunda língua da criança surda sendo significada pela criança na sua forma escrita com as suas funções sociais representadas no contexto brasileiro. Nessa perspectiva, caracteriza-se aqui o contexto bilíngue da criança surda.

Segundo a autora supracitada a escola ao optar em oferecer uma

educação bilíngue a uma criança, está assumindo uma postura política pedagógica que assume uma política linguística em que duas línguas passarão a coexistir no espaço escolar, além disso, também será definido qual será a primeira língua e qual será a segunda língua, bem como as funções que cada língua irá representar no ambiente escolar.

Ocorreram avanços, porém muitas barreiras ainda precisam ser desveladas, como afirma Quadros (2006, p. 19) “há, ainda, estados em que professores desconhecem libras e a escola não tem estrutura ou recursos humanos para garantir aos alunos surdos o direito à educação, à comunicação e à informação”.

Durante a feira pedagógica um aluno portador do transtorno de *déficit* de atenção (TDH) se sentiu atraído pelos jogos matemáticos, livros e fantoches de papel marchê e espuma, prestando atenção e recondoando as histórias. Isso vem corroborar que

É pertinente ao professor ou à professora a compreensão de que as dificuldades do aluno com o TDH nem sempre são decorrentes de habilidades a serem aprendidas ou da falta de interesse. Decorrem das atividades naturais das redes neurais complexas do cérebro, pois o transtorno afeta pessoas em todos os níveis de inteligência. (CUNHA, 2012, p. 100)

Este autor supracitado reforça a necessidade de práticas pedagógicas atrativas que busquem o interesse da criança, pois o cérebro é um órgão onde todas as partes precisam estar funcionando adequadamente e que as pessoas com TDH possuem alterações em neurotransmissores, os quais controlam a liberação da dopamina e da noradrenalina.

É necessário ter um olhar diferenciado para os alunos com necessidades educacionais especiais, considerando que todos possuem traços particulares que ao mesmo tempo distinguem umas das outras na sua condição humana, as quais devem fazer parte das ações educativas na construção de uma escola para a diversidade.

5. *Considerações finais*

É fundamental que a educação seja centrada no ser humano e não na patologia, tornando indispensável um currículo que transcenda as concepções de *déficit* e torne a prática pedagógica rica em experiências educativas, transformando as necessidades dos alunos em amor pelo movimento de aprender e de construir a autonomia e a identidade.

A escola deve ser um lugar privilegiado de articulação de produ-

ção de conhecimento com o compromisso da cidadania, capaz de cumprir a mais elevada destinação social do saber. Todos possuem o direito à educação independente de suas limitações ou necessidades educacionais.

Existem documentos importantes como Declaração Universal dos Direitos da Criança e a Declaração de Salamanca, importantes na mudança necessária para ocorrer a verdadeira inclusão, porém muitas barreiras precisam ser destruídas porque grandes são os desafios. As instituições carecem de estruturas adequadas com políticas que reconheçam o processo de inclusão como uma ação educacional que deve ter por meta possibilitar o ensino de acordo com as necessidades de cada um, permitindo o fornecimento de suporte de serviços por intermédio da formação e da atuação dos seus professores.

A escola contemporânea não pode ser inflexível e estanque e o professor um mero transmissor de conhecimentos. É necessário um novo olhar pedagógico entrelaçando saberes docentes e discentes sem traduzir uma relação monaxial entre o emissor-professor e o receptor-aluno, mas uma relação triádica que abarca o mundo das significações para a compreensão do que é ensinado.

É pertinente utilizar o lúdico como ferramenta na educação porque os alunos são pessoas que adquirem identidade própria e singularidades na multiplicidade. Esses traços particulares são elementos da diversidade, características indissociáveis da condição humana, fazendo das nossas diferenças as nossas semelhanças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Celso. *Trabalhando habilidades – construindo ideias*. São Paulo: Scipione, 2003.

BRASIL. *Constituição Federal*. Brasília, 1988.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Brasília, 1996.

_____. Ministério de Educação. *Relatório nacional do sistema de avaliação do ensino*.

_____. Ministério da Educação. *Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade*. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.

BRASIL, *Parâmetro curriculares nacionais*. Ministério da Educação,

2001.

CORTELLA, Mario Sergio. *A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2002.

CUNHA, Antonio Eugênio. *Práticas Pedagógicas para a inclusão e diversidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

DECLARAÇÃO de Salamana, de 7 a 10 de junho de 1994. Disponível em: <www.redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf>.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

KISHIMOTO, T. *Jogo, brinquedo, brincadeira e educação*. São Paulo: Cortez, 1997.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LEI nº 7.853/89 de 24 de outubro de 1989. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil>.

LEI nº 10.436/24 de abril de 2002. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil>.

LEI nº 12.010 – 12.962, de 8.4.2014

LEI nº 8.069. *Estatuto da criança e do adolescente*.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola*. Teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *O desafio das diferenças nas escolas*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MORAIS, Artur Gomes de. *Sistema de escrita alfabética*. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Educação e Letramento*. São Paulo: UNESP, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali L. P. *Ideias para ensinar português para alunos surdos*. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

SASSAKI, Romeu Kasume. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

VASCONCELOS, Maria Lúcia. *Educação básica: a formação do professor, relação professor-aluno, mídia e educação*. São Paulo: Contexto, 2012.

WERNECK, Cláudia. *Ninguém vai mais ser bonzinho na sociedade inclusiva*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.